



COMISSÃO DO NEGRO

Documento elaborado pela Comissão do Negro do PT-DF como contribuição aos debates do I Encontro Nacional para discutir "O PT e a Questão Racial", a ser realizado em Brasília nos dias 20, 21 e 22 de março/87.

Introdução

Nos dias 20, 21 e 22 de março próximo estaremos reunidos aqui em Brasília com militantes das diversas regionais do país para discutirmos, pela primeira vez em nível nacional, a importância das contradições raciais para o Partido dos Trabalhadores. Percorremos um longo caminho até concretizarmos este momento que, com certeza, ampliará o debate, dentro e fora do Partido, em torno da questão racial brasileira.

Historicamente, pensar o trabalho neste país significa pensar o negro; somos ainda a imensa maioria dos trabalhadores que ganham até três salários mínimos, e, no entanto, quantos obstáculos, internos ao Partido dos Trabalhadores, temos que vencer (e estamos vencendo) para discutirmos o racismo e sua importância na manutenção da sujeição econômica, política e social de milhões de brasileiros.

O racismo não é, entretanto, um assunto exclusivo de negros. Por isso nos empenhamos na construção partidária de uma resposta à questão racial. O encontro nacional é um primeiro e decisivo passo nesse sentido.

1. Movimento negro internacional

Este ponto de pauta, que à primeira vista pode parecer a muitos pretencioso e desnecessário, tem uma importância fundamental para o avanço do movimento negro no Brasil. Basta lembrar aqui, para citarmos dois grandes exemplos, as repercussões entre nós da luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos e da luta pela libertação nacional dos povos africanos, que contribuíram e contribuem para ampliar a consciência de luta do negro brasileiro.

A Comissão do Negro do PT-DF, desde sua formação em agosto de 1984, tem procurado, na medida de suas possibilidades, fortalecer os vínculos do movimento negro internacional. Buscando sempre envolver o conjunto do Partido, manifestamos em diversas oportunidades nosso repúdio à política do apartheid e às vacilações e hipocrisias do governo brasileiro. A relação e seguir das atividades desenvolvidas dá bem a medida de nosso empenho para esclarecer, debater e divulgar a luta de libertação do povo sul-africano. É importante salientarmos que, em todos os momentos, a solidariedade à luta contra o apartheid sul-africano esteve relacionada à denúncia e ao combate ao apartheid à brasileira.

- 21/03/85 - Participação no ato público realizado na Praça do Povo pelo Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.
- 15/08/85 - Participação no ato público realizado em frente à embaixada da África do Sul, promovido juntamente com outras entidades do DP.
- 29/09/85 - Participação no debate sobre o apartheid, promovido juntamente com o Diretório Municipal de Taguatinga, no Teatro da Praça-DIT.
- /10/85 - Distribuição de postal pelo rompimento total de relações com a África do Sul, para ser enviado ao ministro de Relações Exteriores, Olavo Setúbal.
- 21/03/86 - Debate na OAB sobre os meios de comunicação e a política do apartheid. Além da Comissão, presença do correspondente de agência espanhola EFE e do editor de política internacional do "Correio Braziliense".
- 19 /06/86 - Telegrama de repúdio ao estado de emergência, enviado ao embaixador da África do Sul no Brasil.
- 25/06/86 - Pichações nos muros do DF pelo total rompimento com o regime racista da África do Sul.

- 17/07/86 - Palestra na sede do PT sobre a luta de libertação nacional do povo sul-africano. O palestrante foi o professor de história da África da UnB, José Flávio Saraiva.
- 22/08/86 - Participação no ato público realizado em frente à embaixada da África do Sul, promovido juntamente com outras entidades do DF.

Além de integrar-se às pressões e demonstrações anti-apartheid, a Comissão do Negro do PT-DF não tem avançado quase nada no sentido de estabelecer contatos com o movimento negro internacional e de ampliar seu conhecimento da realidade do povo negro no mundo.

Há poucos dias, um representante da Unicef responsabilizou a política do apartheid pela morte de 140.000 (cento e quarenta mil) crianças no ano passado em Angola e Moçambique, que têm hoje a mais alta taxa de mortalidade infantil do mundo. Aqui no Brasil, cuja taxa de mortalidade infantil é das mais altas, sabemos que são principalmente as crianças negras que morrem todos os dias vítimas de subnutrição.

Setores das forças armadas brasileiras defendem que o Brasil deve abrir-se às críticas, ainda que meramente retóricas, ao governo de Pretória para que não sejam prejudicados os acordos que visam "o uso pacífico do Atlântico Sul".

Enquanto os recursos minerais brasileiros são explorados pelo capital internacional (as mesmas empresas que exploram os recursos sul-africanos), uma empresa dita brasileira, a Andrade Gutierrez, lança-se via Itamarati/Cacex na exploração do ouro do Zaire.

Genocídio, indústria militar, exploração de recursos minerais, neocolonialismo, a realidade do negro em Cuba, o acordo cultural Salvador-Benin, a luta do negro norte-americano, a ocupação ilegal da Namíbia, a luta de libertação nacional, o repúdio ao apartheid, o racismo na Europa, etc., são alguns pontos de uma ampla pauta de discussão do movimento negro internacional, da qual pouco participamos.

Um passo importante nesse sentido seria a atualização de nossas informações. Estamos limitados praticamente ao conteúdo dos telegramas das agências internacionais, raramente publicados nas revistas e jornais brasileiros.

Teríamos que fazer um esforço para reunirmos documentos, informações e depoimentos confiáveis que nos permitissem ter uma visão mais exata da realidade do negro no mundo hoje. Poderíamos, com a atualização de nossas informações, montar um dossiê, editar regularmente um boletim e divulgá-los no interior do Partido e fora dele.

A partir da Secretaria de Relações Internacionais, uma instância partidária mais que apropriada, realizaríamos esse esforço de atualização de nossas informações e de articulação de contatos internacionais. Para isso seria necessário reivindicarmos a criação de uma assessoria ou subcomissão para assuntos referentes ao negro, na Secretaria de Relações Internacionais, a partir da qual coordenaríamos as articulações necessárias.

2. Movimento negro nacional

A defesa dos traços específicos da luta contra o racismo, evitando reduzi-lo a mero apêndice do econômico, tem levado o movimento negro a afastar a discussão das contradições raciais do mundo da produção e das reivindicações do movimento social.

O movimento negro, fugindo à diluição das contradições raciais no âmbito das contradições de classe, enveredou por um vago resgate de formas culturais e históricas, pelo psicologismo, pelo enclausuramento em um calendário quase oficial, e subiu a Serra de Palmares atrás do espírito de Zumbi. Mas Zumbi, o espírito negro que combate, está cá embaixo com a luta presente de seu povo.

Na verdade, afastando-se do combate às manifestações concretas do racismo (quanto o negro ganha? onde ele mora? e sua saúde?, etc.) e desvinculando-se de uma perspectiva de mudança radical da sociedade brasileira, o movimento negro terminou por colocar em segundo plano, secundarizar, uma luta que, num primeiro momento, queria destacar e priorizar.

Quantos militantes do movimento negro estão presentes hoje nas associações de moradores e nos sindicatos? Porque a esquerda mais ortodoxa não leva em conta as contradições raciais, reduzindo tudo à luta de classes, nós do movimento negro não podemos incorrer no mesmo erro, não considerando a luta de classes. O negro é majoritariamente o pobre na sociedade brasileira. Sendo assim, raça e classe são dados inseparáveis e o combate ao racismo tem que se dar num plano concreto de lutas, num compromisso permanente de participação junto aos movimentos sociais.

2.1 Distrito Federal

A fragilidade do movimento negro no DF expressa-se não apenas pela sua reduzidíssima capacidade de mobilização, mas principalmente pela sua despolitização. O grito desarticulado(e raro) de denúncia do racismo preenche quase a totalidade das ações do movimento. Além da simples denúncia e das comemorações do calendário quase oficial(Malês, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, Abolição, 20 de Novembro, etc.), o movimento negro se perde num devio "culturalista", que considera a valorização das manifestações culturais do negro como o fim último da militância.

Na valorização da prática política e na perspectiva de transformação estrutural da sociedade racista (e capitalista), a Comissão do Negro do PT está, praticamente, sozinha no DF. Boa parte do movimento negro contenta-se em denunciar o racismo, mas não participa da luta contra o sistema econômico e político que aprofunda as desigualdades raciais.

A campanha eleitoral do ano passado no DF serviu, entre outras coisas, para desmascarar aqueles setores do movimento que, antes do início da campanha, se diziam interessados em participar dos debates sobre "o negro e a constituinte". Mas quando começou de fato a campanha, com suas exigências de definição pública de, afinal, quais são mesmo as prioridades, as entidades "representativas" do movimento negro do DF simplesmente desapareceram, omitindo-se de uma avaliação do processo eleitoral, esquivando-se da promoção de debates que confrontassem os candidatos, etc. O "sumiço" de algumas entidades não as impediu contudo de apoiarem partidos conservadores e candidatos racistas. O candidato da Comissão do Negro não foi o único candidato negro do DF, até mesmo o PT tinha vários outros, mas foi o único que, enquanto candidato, foi negro de fato, assumindo abertamente, em seus panfletos, no rádio, na TV, nos debates, a prioridade da luta contra o racismo.

Não surpreende portanto que, passadas as eleições, aqueles mesmos setores do movimento percorram os corredores do Congresso tentando reunir deputados negros em nome de uma luta que "transcende as siglas partidárias". Ou que se vangloriem de terem subido a rampa para entregar as "legítimas reivindicações do negro brasileiro" ao Sarney.

Essas omissões e ações despolitizadas se justificam geralmente pela defesa do "específico de nossa luta". Mas, afinal, que especificidade é esta que transforma a luta contra o racismo em mero ornamento desfrutável e manipulável pelos conservadores, oportunistas de toda ordem e criptoracistas? Que especificidade é esta que fala todo o tempo de raízes e todo o tempo desenraíza o negro do chão de lutas muito concretas?

É sintomático que esses setores do movimento negro que pregam abertamente a despolitização, e consequentemente abrem mão da disputa pelo poder, estejam sempre atrelados a secretarias, assessorias, conselhos, ministérios, e não consigam com autonomia e pelo esforço de seus militantes sequer imprimir um simples panfleto.

2.2 Centenário da Abolição: a Princesa Isabel ataca outra vez

Com a devida antecedência, o então ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel assinava no dia 13 de maio de 1984 a Portaria nº 225 que criava a Comissão para comemorar o centenário da "Lei Áurea". O primeiro nome a integrar a Comissão era o de Dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança, um parente da Princesa Isabel.

Setores do movimento negro gritaram que na Comissão tinha parente da Princesa Isabel, mas não tinha nenhum parente dos escravos. A Comissão reagiu e disse que tinha procurado um negro à altura do evento, mas que o produto era escasso mesmo. A coisa ficou por aí. Veio a Nova República e Fernando Lyra, no vo ministro da Justiça, foi pressionado pela FRENABRA (que tinha articulado promessas tancredistas de "pôr um negro em cada ministério") para rever os nomes que integravam a Comissão e substituir alguns nomes por outros mais ao gosto frenabrista. Com a criação da assessoria afro-brasileira no Ministério da Cultura, a Comissão do Centenário saiu do Ministério da Justiça e foi, finalmente, parar nas mãos de Carlos Moura (um nome bem ao gosto dos frenabristas), responsável agora pela organização da comemoração do centenário.

Qual a diferença entre uma Comissão do Centenário, no Ministério da Justiça, encabeçada por um parente da princesa Isabel, e outra Comissão do Centenário, no Ministério da Cultura, coordenada por Carlos Moura, um militante negro do CEAB?

A primeira, da Velha República, sem disfarces, deixava muito claro que Abolição é um negócio de príncipes e princesas. A segunda, da Nova República, prefere o embuste de utilizar um negro (integralmente cooptado) para atrair outros negros para a mesma festa de príncipes e princesas.

Recentemente o cantor e compositor Milton Nascimento foi convidado pelo ministro da Cultura, Celso Furtado, para fazer parte da Comissão do Centenário. E aceitou. O sentido da comemoração é este: cantores, compositores, atores bem sucedidos, afoxés, escolas de samba, diplomatas negros, reverendos e bispos, a rede globo, sarney formalizando a inclusão de disciplinas nos currículos escolares, niemayer e o memorial zumbi, depoimentos tocantes, fanfarras e clarins, etc., etc.

É preciso registrar aqui que, antes da Portaria de Abi-Ackel de 1984, circulava na Câmara dos Deputados o Projeto de Resolução nº 58-A, de 1983, proposto por Abdias do Nascimento, então deputado pelo PDT-RJ. O projeto de Abdias propunha a criação de uma Comissão do Negro, com vigência até 13 de maio de 1988. A Comissão iria "receber e investigar denúncias de atentados aos direitos humanos e civis dos brasileiros de ascendência africana. (...) e em colaboração com as demais comissões da Câmara dos Deputados e com as organizações da comunidade afro-brasileira propor medidas legislativas atinentes ao resgate da história, respeito à identidade étnica e cultural; interesses da educação, treinamento profissional, emprego, segurança, moradia e saúde das populações negras no Brasil."

Não temos dúvidas de que o projeto do Abdias era ao menos uma tentativa de ampliar a discussão sobre as reais condições de vida do negro no Brasil, e com muito mais legitimidade do que a Comissão criada no Executivo.

A Igreja, através da CNBB, já escolheu o negro como tema de sua campanha da fraternidade de 1988. Há, porém, conflitos entre a cúpula da CNBB e a base da Pastoral do Negro sobre a forma de conduzir a campanha. E nós, da Comissão do Negro do PT, o que faremos para registrar o centenário da abolição?

2.2.1 O Centenário deve avançar a luta do movimento negro

O verbo comemorar significa "trazer à memória; fazer recordar; lembrar." Significa ainda que se trata de algo a recordar com solenidade e festejos. Esse é o sentido da Comissão do Centenário da Velha/Nova República, que buscará enfatizar alguma coisa do tipo "a grande contribuição dos afro-brasileiros para a formação de nosso patrimônio cultural" (sem incluir obviamente entre o patrimônio a riqueza acumulada durante séculos de exploração da força de trabalho do negro), além, é claro, da evocação distorcida e comprometida com os valores das classes dominantes de um momento decisivo da história do trabalho deste país.

Um passo fundamental, para nós da Comissão do Negro do PT, será conseguirmos virar a mesa dos festejos do Centenário e colocar no centro das discussões as insuportáveis condições do trabalho hoje no Brasil. Milhares de trabalhadores brasileiros estão hoje reduzidos à condição de escravos (só em São Paulo estima-se que há 35 mil escravos), enquanto milhões de outros trabalhadores ganham

meio salário mínimo, e outros milhões de trabalhadores ganham de um a três sa-
lários mínimos. Sabemos que, entre os escravos modernos e entre os trabalhado-
res que ganham até três salários, predominam os afro-brasileiros.

O Centenário da Abolição, para nós do Partido dos Trabalhadores, po-
de vir a se constituir num momento privilegiado para discutirmos amplamente as
condições do trabalho no país, ampliando a mobilização e organização do movi-
mento negro em estreita articulação com a mobilização e organização dos traba-
lhadores em geral. Trata-se de um momento especialmente oportuno para envolver-
mos os militantes da área sindical e de outros setores no esforço de constru-
ção de uma resposta partidária às contradições raciais brasileiras.

A Comissão do Negro do PT-DF deve empenhar-se, no encontro nacional,
pela criação de uma ampla comissão nacional, com o objetivo de, no mais breve
espaço de tempo possível, apresentar propostas de atividade para o Centenário
da Abolição que envolvam o conjunto partidário, e possam contrapor-se às ativi-
dades, diversionistas e do interesse das classes dominantes, coordenadas a par-
tir do Ministério da Cultura.

3. O Negro e a Constituinte

De saída, no que se refere à Constituinte, há um argumento que deve ser imediatamente rechaçado: o de que a Constituinte não servirá para nada, uma vez que está controlada por uma maioria conservadora.

Em abril do ano passado, quando se discutiam as candidaturas petistas ao congresso constituinte e alguns nomes de militantes da Comissão do Negro apareciam nas listas de diversos núcleos, realizamos duas memoráveis reuniões (24 e 25/04/86) para discutir qual a importância de existir uma candidatura que levasse a questão racial como eixo central de campanha. Essas reuniões concluíram que seria significativa a contribuição que um candidato da Comissão poderia trazer à ampliação da mobilização política dos negros no DP, além de que a participação na campanha eleitoral estimularia a criação de outras comissões nos diretórios municipais das cidades satélites, intensificando o envolvimento do conjunto do partido com a questão racial.

E nos lançamos, sem recursos, sem experiência, hostilizados por vários setores do partido numa campanha que hoje podemos avaliar como vitoriosa. A Comissão cresceu (em quantidade e qualidade) e o encontro regional que realizamos em janeiro, com 91 pessoas inscritas, num momento do partido em que nem o Diretório Regional, nem a Executiva conseguiam quorum necessário para reunir-se, é demonstração inequívoca de como conduzimos corretamente a campanha eleitoral.

Ora, se participar da campanha foi importante, por que não o seria o empenho para que a Constituinte Congressual, apesar de seus conhecidos limites, avance a luta dos negros pelos direitos que lhes são usurpados, há séculos, pelo racismo das classes dominantes? Além do mais, num momento em que a bancada petista conta, privilegiadamente, com dois deputados negros - a Benedita (RJ) e o Paim (RS) - com intensa militância no movimento popular e sindical.

Para nós do DP, o encontro nacional deveria sistematizar, para encaminhar não apenas à bancada petista mas ao conjunto dos parlamentares de todos os partidos, as reivindicações mais específicas da comunidade negra, já levantadas em diversos encontros e debates realizados em todo o país durante o ano passado e aprofundadas ao longo da campanha eleitoral por diversos candidatos negros petistas.

Além da sistematização das propostas, deveríamos marcar uma data para uma manifestação ampla em Brasília, com o objetivo de pressionarmos o Congresso Constituinte no sentido do atendimento das reivindicações da comunidade negra.

Parece-nos indispensável também resgatarmos a contribuição resultante da atuação parlamentar, na legislatura anterior, do ex-deputado Abdias do Nascimento (PDT-RJ). Há muitos projetos de lei e projetos de resolução emperrados na Câmara dos Deputados e que merecem uma criteriosa avaliação de nossa parte.

4. O PT e a Questão Racial

O IV Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho de 1986, aprovou um "Plano de Ação Política e Organizativo" para o período 86/87/88. O Plano de Ação "visa estabelecer diretrizes capazes de orientar a classe trabalhadora no enfrentamento de problemas imediatos - inclusive o processo constituinte - e na luta por mudanças que consolidem e ampliem a democracia, garantam melhores condições de vida e abram perspectivas por transformações mais profundas na direção de uma sociedade socialista, sem exploração nem opressão; e, nesse sentido, este Plano também indica as medidas fundamentais para o crescimento do Partido dos Trabalhadores."

Embora defina objetivos tão amplos, o Plano de Ação ignora completamente as contradições raciais, a luta contra o racismo, a essencialidade da questão racial brasileira. E não poderia ser diferente, já que, segundo ainda o Plano de Ação, "Os trabalhadores assalariados urbanos, [são] constituídos por descendência de imigrantes estrangeiros..."

O Plano de Ação é, portanto, muito coerente: ignora a importância da questão racial porque ignora que os trabalhadores negros constituem há séculos a parcela mais significativa da força de trabalho deste país.

O Plano de Ação é também muito coerente com os documentos básicos do Partido, que registram uma estranha dicotomia: de um lado, os trabalhadores (de cuja luta surge o PT), e de outro, os negros e "demais setores oprimidos", a quem os trabalhadores manifestam solidariedade. Ora, e não ser que se queira fazer coro ao refrão racista das classes dominantes de que somos vagabundos, preguiçosos e indolentes, pensar historicamente o trabalho no Brasil significa, obrigatoriamente, pensar o negro. Os negros vieram para o Brasil, trazidos à força do continente africano, para trabalhar. Nossa história neste país está intimamente relacionada à história de seus diversos modos de produção, para os quais nossa força de trabalho tem sido imprescindível.

A consequência inevitável dessa separação que nos afasta do mundo da produção (negros de um lado, trabalhadores de outro) é a avaliação equivocada de que a luta contra o racismo é uma luta secundária. E daí é um pulo para se cair no psicologismo, na "questão cultural", no "deixa isso pra depois, no socialismo...", e outras boboseiras.

Seria importante analisarmos aqui quais as razões que motivaram, na executiva nacional, perplexidades e resistências à realização de um encontro nacional para discutir "O PT e a Questão Racial".

Para a Comissão do Negro do PT-DF, são três as razões: (1) oposição à prioridade que atribuímos à luta contra o racismo, oposição essa motivada pelo entendimento equivocado de que, por servir à exploração capitalista, o racismo é apenas um mero apêndice da luta de classes, que põe à margem, ou simplesmente elimina, as contradições raciais; (2) por ser um encontro organizado pelas bases do Partido, sem nenhuma interferência diretiva ou organizativa da cúpula partidária, fato raro num momento do Partido em que as instâncias de base simplesmente inexistem; (3) a desarticulação de militantes negros petistas, que se queixam da visão equivocada dos companheiros, se queixam, se queixam e se deixam embalar pela ilusão de que o reconhecimento da prioridade da luta contra o racismo no Partido dos Trabalhadores virá como dádiva de uma direção esclarecida e não como resultado político da capacidade de organização e mobilização dos negros petistas.

Acreditamos que o encontro nacional deverá discutir exaustivamente os três pontos citados acima e contribuir para a superação desses obstáculos que impedem o crescimento do Partido dos Trabalhadores como "instrumento de avanço democrático da sociedade brasileira."

4.2 Uma resposta partidária à questão racial

O Partido dos Trabalhadores, quando manifesta sua solidariedade à luta dos negros, refere-se sempre às diversas formas de organização do movimento popular, ao chamado movimento negro, reconhecendo-lhe a autonomia frente aos partidos políticos. Se essa solidariedade e esse reconhecimento significam um avanço diante dos partidos tradicionais de esquerda, não constituem nem de longe uma resposta partidária às contradições raciais brasileiras.

Há no PT muitos militantes (dirigentes ou não) apegados à ortodoxia doutrinária, no que se refere à questão racial, que argumentam que a luta contra o racismo divide a classe trabalhadora. Não se dão conta esses antigos companheiros de que o que divide a classe trabalhadora e aprofunda as desigualdades raciais são os mecanismos de exploração capitalista (quando, por exemplo, se paga

sempre salário inferior ao trabalhador negro, mesmo se a sua preparação para a função é superior à de um trabalhador branco), e que a luta contra o racismo, ao contrário, une a classe trabalhadora, ao reivindicar o fim das diferenças salariais por motivo de raça.

Os militantes do PT que moram nas cidades estão conscientes de que o avanço da luta dos trabalhadores do campo depende do envolvimento dos trabalhadores das cidades na conquista da reforma agrária, etc. Mas nem de longe lhes ocorre pensar que a questão racial não é assunto exclusivo de negros, muito menos dentro de um partido de trabalhadores (é preciso não esquecer que os trabalhadores que recebem de meio a três salários mínimos são negros em sua maioria). Trata-se na verdade de discutir um projeto de construção do socialismo, de uma sociedade justa, livre e igualitária, cujos sujeitos, trabalhadores que se emancipam, recusam-se a encarar e superar o racismo que os separa e divide.

Para avançar a discussão no interior do partido, a Comissão do Negro do PT-DF, além de estimular a criação de outras comissões em todos os diretórios municipais e regionais, defende a formação de subcomissões, em nível nacional, para tratar de assuntos referentes à questão racial, nas Secretarias de Formação Política, Sindical, de Lutas Populares e de Relações Internacionais, além da criação de uma grande comissão nacional: a do Centenário da Abolição.

A importância desse encontro que estamos organizando deriva do fato de ele se constituir num primeiro passo, em nível nacional, no sentido da elaboração de uma resposta partidária à questão racial brasileira. Vamos discutir a experiência das regionais que já constituíram comissões do negro, vamos estimular a formação de outras, vamos definir práticas que envolvam o conjunto partidário, etc. O empenho na elaboração de uma resposta partidária às contradições raciais é um passo decisivo na construção de um partido dos trabalhadores, "um partido feito por nós, para travar nossas lutas."

Brasília, 27 de fevereiro de 1987.
COMISSÃO DO NEGRO DO PT-DF

